

**CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO PED E DESENHO DE NOVOS INDICADORES E
LEVANTAMENTOS**

**BOLETINS PED SETORIAIS:
TRABALHO DOMÉSTICO E CONSTRUÇÃO CIVIL**

Meta C. Aprimorar sistema de divulgação e disponibilização das informações

C3. Organização da linha editorial Sistema PED

C 3.1 Elaborar e divulgar Boletim PED sobre inserção no
Emprego Doméstico e Construção Civil

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2013


**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Luiz Fernando de Souza Emediato

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Emprego e Renda - CGER

Lucilene Estevam Santana

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 2031-6264
Fax: (61) 2031-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Informações atualizadas em 14/1/2013

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidente

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Pedro Celso Rosa - Secretário

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Ana Tércia Sanches - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Tadeu Moraes de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Clemente Ganz Lúcio – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@diesse.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Coordenação do Projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional e Coordenador de Pesquisas
Lúcia dos Santos Garcia – Coordenadora do Sistema PED
Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos
Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos
Eduardo Miguel Schneider – Analista do Sistema PED
Isabel Cristina Sant’Anna – Apoio administrativo
Virginia Rolla Donoso – Assessora da Coordenação do Sistema PED

Equipes Regionais PEDs¹**Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ANEXO - BOLETINS PED SETORIAIS: TRABALHO DOMÉSTICO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	8

APRESENTAÇÃO

O Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamento”, constituído no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 092/2007 e Termos Aditivos, tem como objetivo principal consolidar o Sistema PED como base estatística do Sistema Público de Emprego. A fim de alcançar este objetivo, as atividades contempladas no projeto estão divididas em 05 grandes grupos:

- Fortalecimento da coordenação e articulação do Sistema PED;
- Investimento no desenvolvimento metodológico e o aperfeiçoamento das condições operacionais da PED;
- Aprimoramento do sistema de divulgação e disponibilização das informações;
- Desenvolvimento de novos indicadores de apoio às políticas públicas;
- Estímulo à expansão do Sistema PED.

O presente relatório traz os **Boletins PED Setoriais**, relativos ao Trabalho Doméstico e o Trabalho na Construção Civil que seguem anexados. Esta atividade está inserida no objetivo geral C “Aprimorar Sistema de Divulgação e Disponibilização das Informações” e objetivo específico C2. “Organização da linha editorial Sistema PED”.

O objetivo dos Boletins PED Setoriais é apresentar de forma sintética e regular as principais informações disponíveis para determinados setores de atividade investigados pela PED, de forma a subsidiar o movimento sindical e os formuladores de políticas públicas nas suas ações setoriais. Eles foram elaborados pela equipe técnica do DIEESE. Para isso, foram realizadas uma série de reuniões ao longo do ano, para discutir o tema, o plano tabular e os resultados de cada boletim.

Em 2012, foi dada continuidade ao **Boletim Trabalho e Construção**, iniciado em 2009 que consolidou em mais um boletim com base em temas inovadores e ao mesmo tempo relativos à conjuntura econômica do ano, chegando à sua 7ª edição.

O **Boletim Trabalho Doméstico**, que teve sua primeira edição em 2010, manteve sua publicação uma vez por ano, tratando de questões estruturais e conjunturais do mercado de trabalho. Com vistas ao crescimento econômico experimentado no último período, as mulheres estão conquistando

postos de trabalho mais qualificados fazendo com que o número de ocupadas no emprego doméstico diminua. Este é o tema central do último boletim do SPED.

Os 2 boletins elaborados descritos acima seguem em anexo e em CD-ROM, e também podem ser encontrados no site do DIEESE (www.sistemaped.dieese.org.br).

ANEXO

**BOLETINS PED SETORIAIS:
TRABALHO DOMÉSTICO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Trabalho DOMÉSTICO

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Apresentação

Esse boletim apresenta a evolução do trabalho doméstico remunerado¹ entre 2001 e 2011 e caracteriza as trabalhadoras que atuam como domésticas – já que a grande maioria entre os que exercem essa atividade é constituída por mulheres. Com isso, busca levantar elementos para entender melhor a condição dessas trabalhadoras em um contexto de crescimento econômico e de estruturação do mercado de trabalho nacional. Esses elementos permitem reflexões sobre possíveis tendências dessa profissão que contribuam para a mobilização estratégica dos atores sociais no enfrentamento adequado dos desafios atuais e daqueles que estão por vir.

No mundo, a OIT estima que haja mais de 50 milhões de trabalhadores domésticos remunerados. Mas, a própria organização afirma que, dada a forte informalidade presente no trabalho doméstico remunerado, esse número pode chegar a 100 milhões. No Brasil, em 2009, o contingente desses trabalhadores somava 7.223 mil pessoas, das quais 93% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de cerca de 17,0% das mulheres que trabalham. Em seguida, aparece o setor de comércio e reparação, que reúne 16,8% das ocupadas e o de educação, saúde e serviços sociais, onde estão 16,7% das trabalhadoras.

O trabalho doméstico remunerado é dotado de características específicas: não tem finalidade lucrativa e o empregador é uma pessoa física. O fato de as atividades serem desenvolvidas no âmbito dos domicílios limita a interação com a categoria profissional e, assim, o relacionamento com o empregador é fortemente marcado por relações interpessoais e

¹ O trabalho doméstico remunerado é aquele realizado por pessoa contratada para desempenhar as tarefas de uma residência. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a funções mais especializadas como cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outras. Nesse Boletim, também será chamado por serviço doméstico ou emprego doméstico.

familiares, o que descaracteriza o caráter profissional da ocupação. Acrescente-se que este é um trabalho que tem baixo índice de sindicalização; acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos (mesmo quando com carteira de trabalho assinada), além de ser uma ocupação de baixos rendimentos e de longas jornadas. Todos esses elementos contribuem para a desvalorização da atividade.

Nos últimos anos, algumas ações têm sido empreendidas para valorizar o trabalho doméstico remunerado. Em nível internacional, a 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em junho de 2011, aprovou normas internacionais que balizaram a adoção da Convenção 189. Mas, a adoção das novas normas foi resultado de um longo processo. Em março de 2008, o Conselho de Administração da OIT decidiu colocar o tema na agenda da Conferência. Em 2010, a Conferência realizou a primeira discussão sobre o assunto e decidiu promover uma segunda discussão em 2011, com a finalidade de adotar a Convenção. Esse tratado constitui a principal referência para o trabalho doméstico remunerado no mundo e significa um grande avanço no marco regulatório internacional para a proteção desses trabalhadores². Contudo, para passar a valer, essa convenção precisa ser ratificada por pelo menos dois países, fato que mobiliza o movimento sindical de várias localidades para exigir de seus governos tal compromisso com a categoria.

Também no Brasil, houve avanços na legislação que ampliaram, gradativamente, os direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas. Mas, como indicam as informações deste Boletim, ainda há muito que avançar para a efetiva valorização dessa forma de inserção no mercado de trabalho.

Para a realização deste estudo foram utilizadas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE em parceria com a Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros regionais, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal.

² As novas normas da OIT preveem que os trabalhadores domésticos remunerados devem ter os mesmos direitos básicos do trabalho que os outros trabalhadores e trabalhadoras, incluindo a jornada de trabalho, o descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, um limite para pagamentos *in natura*, informações claras sobre os termos e condições de emprego, bem como o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e negociação coletiva.

INTRODUÇÃO

O emprego doméstico tem um peso importante no mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, especialmente entre as negras. As empregadas domésticas constituem uma das maiores categorias de trabalhadoras do país e a questão de raça é uma importante dimensão nessa atividade profissional.

Para melhor compreender o sentido do emprego doméstico, é importante que ele seja visto como uma dimensão fundamental da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e patriarcal. Esta forma de divisão social do trabalho atribui ao homem atuação prioritária na esfera produtiva e às mulheres na esfera reprodutiva. Assim, cabe às mulheres, a responsabilidade de realizar o trabalho doméstico não remunerado, que, de outra forma, poderia ser uma responsabilidade familiar. O trabalho reprodutivo é considerado como uma atribuição natural das mulheres e o tempo do trabalho para realizá-lo não é visto como parte da organização social do tempo³.

No caso das empregadas domésticas, o aprendizado dos afazeres da casa começa na própria família e se transforma em experiência profissional. As tarefas desempenhadas na jornada como trabalhadoras constroem-se a partir do trabalho reprodutivo, seja remunerado ou não.

No Brasil, escravidão e emprego doméstico estão historicamente associados. O regime de escravidão é determinante para o significado que até hoje tem o emprego doméstico. A relação de servidão que se encontra no trabalho doméstico imprime o caráter escravizador da relação de trabalho ao emprego doméstico.

Esta relação de trabalho presente no emprego doméstico no Brasil foi construída ao longo da história de uma sociedade marcada pela desigualdade de raça, gênero e classe. As

diferenças de classe entre mulheres determinam a inserção na relação de trabalho dessa atividade na condição de trabalho assalariado. O fato de o emprego doméstico ser uma das principais alternativas de inserção profissional no mercado de trabalho para mulheres, sobretudo negras, mais pobres e com baixa escolaridade, não altera a divisão sexual do trabalho. A caracterização como uma ocupação feminina e de mulheres com um determinado perfil vem se mantendo ao longo do tempo para as empregadas domésticas.

Uma questão relevante que se coloca é a formação profissional nessa relação de trabalho. A concepção de que para esse tipo de trabalho as mulheres estão naturalmente habilitadas e, portanto, não necessitam de capacitação técnica, está consolidada no tempo. Isso, na prática, funciona como uma forma de desvalorização e permite exigências arbitrárias sobre as pessoas contratadas para os serviços domésticos.

A noção do trabalho doméstico não remunerado como atribuição “natural” das mulheres tem consequência importante na determinação do valor do salário e da jornada extensiva e intensiva de trabalho, ao se contratar alguém para fazer o trabalho doméstico remunerado no interior do grupo familiar. Não há regulamentação da jornada de trabalho das domésticas, o que permite a prática de jornadas irregulares e mais prolongadas do que na média de outras categorias profissionais. A falta de controle do tempo nas jornadas pelas próprias domésticas está colocada como uma forma de dominação cotidiana.

A ausência da carteira de trabalho assinada permite o pagamento de salários abaixo do mínimo previsto em lei como piso para a categoria. E, embora o direito à carteira assinada tenha sido estabelecido em 1972, prevalece, na categoria, o trabalho remunerado sem esse vínculo. É baixo o índice de formalização do contrato de trabalho no emprego doméstico no Brasil.

³ ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

A Constituição de 1988 trouxe avanço importante na cidadania das empregadas domésticas. Foi um momento de afirmação da categoria como sujeito político. É, no entanto, uma cidadania restritiva no campo dos direitos trabalhistas, ou seja, revela a ausência de equiparação dos direitos trabalhistas com os demais trabalhadores do setor formal.

No Brasil, o emprego doméstico preserva relações de trabalho que ainda guardam os vestígios da herança escravocrata e permanece como trabalho informal, devido à incompletude dos direitos trabalhistas vigentes no país.

OS AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO QUE REGULA O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

O trabalho doméstico remunerado é definido, em publicações do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, de forma semelhante a muitos outros países. O texto *Trabalho doméstico: direitos e deveres – orientações*, que pode ser acessado no portal do MTE define: “o empregado (a) doméstico (a) é aquele maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”.

No Brasil, a profissão de empregada/o doméstica/o foi regulamentada inicialmente pela Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972, que especificou os principais direitos para a profissão, que eram: a) férias de 20 dias úteis a cada 12 meses de trabalho prestados; b) benefícios assegurados pela lei orgânica da Previdência Social – aposentadoria, acesso à saúde, auxílios previdenciários; c) pagamento de 8%, tanto para a/o empregada/o quanto para empregador/a com vistas a custear os benefícios da Previdência Social e multas por não cumprimento desse pagamento, variando entre 10% e 50% do valor do débito.⁴

Em 9 de março de 1973, foi editado o Decreto Lei nº 71.885, que mantém os principais direitos estabelecidos na lei de 1972, detalha a forma do contrato de trabalho e determina que as divergências entre

empregada/o doméstica/o e empregador/a, relativas às férias e anotação na Carteira do Trabalho e Previdência Social, ressalvadas as competências da Justiça do Trabalho, sejam dirimidas pela Delegacia Regional do Trabalho.

Em 19 de dezembro de 1985, foi regulamentado o Decreto nº 92.180, que instituiu o vale-transporte e o garantiu também para as/os trabalhadoras/es domésticas/os.

A Constituição de 1988 trouxe avanço importante na cidadania para as empregadas domésticas, com a conquista de novos direitos como salário mínimo como piso salarial, 13º salário, folga remunerada pelo menos um dia por semana, férias anuais de 30 dias, licença-gestante, aviso prévio proporcional e aposentadoria. Foi um momento de afirmação como sujeito político.

Nos últimos 10 anos, duas leis importantes para valorização do trabalho doméstico remunerado foram aprovadas, sem ainda igualar os direitos dessa categoria aos dos demais trabalhadores.

Em 23 de março de 2001, foi aprovada a Lei Nº 10.208, que facultou o acesso, para a/o empregada/o doméstica/o, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - e ao seguro-desemprego. No entanto, como esse direito foi definido como opcional, somente uma parte bastante pequena dos empregadores/as inscreveu o/a trabalhador/a doméstico/a no FGTS e um número muito pequeno tem acesso ao seguro-desemprego.

⁴ DIEESE. Medida Provisória 284: impactos para empregados domésticos e para empregadores. São Paulo: DIEESE. Nota Técnica – nº 27, julho 2006.

Trabalho DOMÉSTICO

A Lei nº 11.324, promulgada em 19 de julho de 2006, estimula a formalização dos contratos de trabalho doméstico ao permitir a dedução, no imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com o pagamento da contribuição do empregador ao INSS, bem como estende os direitos trabalhistas das domésticas que passam a incorporar também férias de 30 dias, estabilidade para a gestante, direito aos feriados civis e religiosos e proíbe descontos no pagamento com moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho.

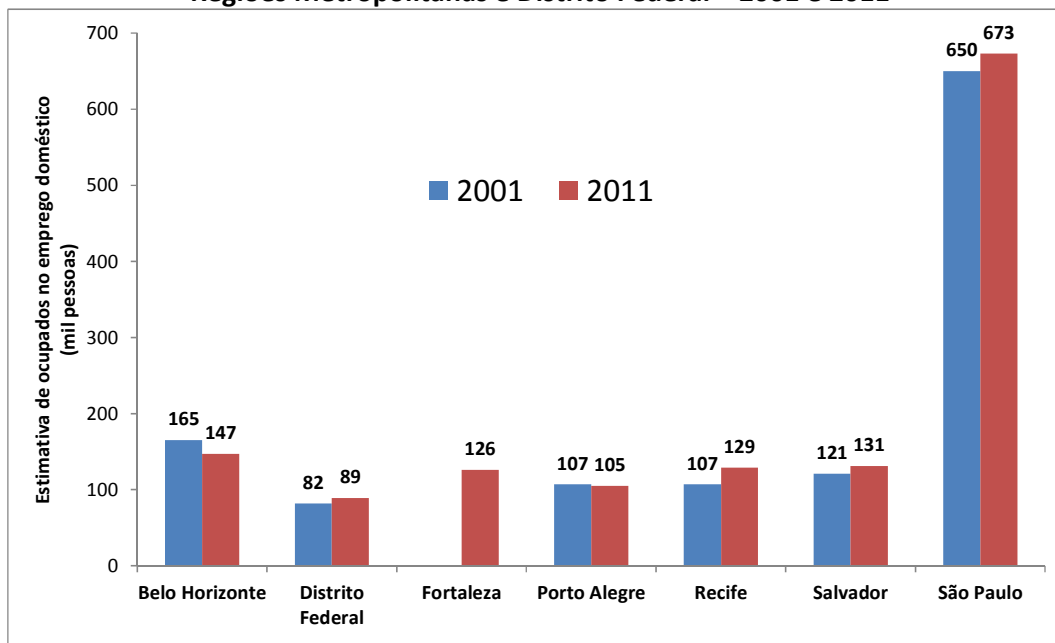
Atualmente, há perspectivas de novos avanços na legislação. Neste ano, está tramitando o Projeto de Lei do Senado 678/2011 que visa ampliar o direito ao seguro-desemprego pelos empregados domésticos. Também é forte o debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional 478/2010, que propõe a revogação do Parágrafo Único do Art. 7º da Constituição Federal a fim de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

O trabalho doméstico remunerado declina nos grandes centros urbanos brasileiros

Nos últimos 10 anos, o trabalho doméstico remunerado cresceu em quatro das seis regiões pesquisadas durante todo este período pelo Sistema PED. O crescimento no número de empregados em domicílios foi mais expressivo nas áreas metropolitanas de

São Paulo e de Recife (respectivamente, 23 e 22 mil ocupados a mais). Por outro lado, a estimativa de ocupados no emprego doméstico declinou em Belo Horizonte (-18 mil) e, em menor medida, em Porto Alegre (-2 mil) – Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Estimativa do número de empregados domésticos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Obs: a) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

TABELA 1
Proporção de ocupados nos serviços domésticos Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2001, 2006 e 2011

Regiões	Proporção de ocupados nos serviços domésticos (%)			Var % 2011/2001
	2001	2006	2011	
RMBH	9,6	8,2	6,5	-32,3
DF	10,0	10,0	7,3	-27,0
RMF	-	-	7,7	-
RMPA	7,2	6,7	5,5	-23,6
RMR	9,1	9,0	8,0	-12,1
RMS	10,8	9,3	8,3	-23,1
RMSP	8,4	8,2	7,0	-17,1

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Obs: a) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001 e 2006

Neste período, a proporção de ocupados no segmento, entretanto, diminuiu de maneira generalizada – resultado ora do crescimento abaixo do ritmo observado no total de ocupados, ora de reduções absolutas no número de empregados em domicílios. Em 2011, entre as regiões pesquisadas, o percentual de trabalhadores era maior em Salvador (8,3%) e menor em Porto Alegre (5,5%), como pode ser visto na Tabela 1.

O crescimento econômico do país, nos últimos anos, trouxe novas oportunidades de inserção, fazendo aumentar o número de pessoas ocupadas e reduzir o desemprego. Esse processo também foi acompanhado por avanços qualitativos no mercado de trabalho que se expressaram, por exemplo, no aumento da escolaridade dos trabalhadores, na maior formalização das relações de trabalho e em uma lenta recuperação dos níveis salariais.

A redução na proporção de trabalhadores nos serviços domésticos guarda relação com esse processo de estruturação do mercado de trabalho nacional, na medida em que incentiva o deslocamento de trabalhadores dos serviços domésticos para outras ocupações de maior prestígio, valorização e proteção social, via mobilidade

ocupacional.

Em 2011, as mulheres ocupavam menos da metade dos postos de trabalho existentes nas regiões pesquisadas pelo Sistema PED: a participação variava entre 44,4% (Recife) e 47,0% (Distrito Federal). Já entre os trabalhadores domésticos, a presença feminina era absoluta, correspondendo a 91,2% em Fortaleza, na menor proporção e a 97,3% em Porto Alegre, na maior.

Nos últimos 10 anos, a preponderância de mulheres nos serviços domésticos pouco mudou, e as pequenas variações apenas acentuaram o perfil feminino da atividade. De modo geral, nas regiões investigadas pelo Sistema PED, o trabalho realizado em domicílios foi o terceiro que mais empregava mulheres, ainda que houvesse diferenças regionais. Em 2011, em Porto Alegre, 11,8% das mulheres ocupavam postos de trabalho nessa atividade e essa proporção chegava a 17,1%, em Salvador, no mesmo segmento, como mostra a Tabela 2. Observe-se porém que em Fortaleza e em Porto Alegre a indústria empregou mais mulheres que os serviços domésticos, de forma que este segmento ocupou a quarta posição entre os setores com mais mulheres ocupadas nessas duas regiões.

Trabalho DOMÉSTICO

TABELA 2
Distribuição das mulheres ocupadas por setor de atividade
2011

Sector de atividade	RMBH	DF	RMF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,3	2,6	19,4	13,0	5,0	4,8	13,3
Comércio	15,4	14,9	19,7	17,2	19,8	17,7	16,0
Serviços	60,3	65,9	44,4	57,2	55,1	58,7	54,9
Construção Civil	1,2	(2)	(2)	0,6	(2)	(2)	0,7
Serviços Domésticos	13,8	14,6	15,5	11,8	16,9	17,1	14,7
Outros ⁽¹⁾	(2)	1,3	(2)	(2)	2,6	(2)	(2)

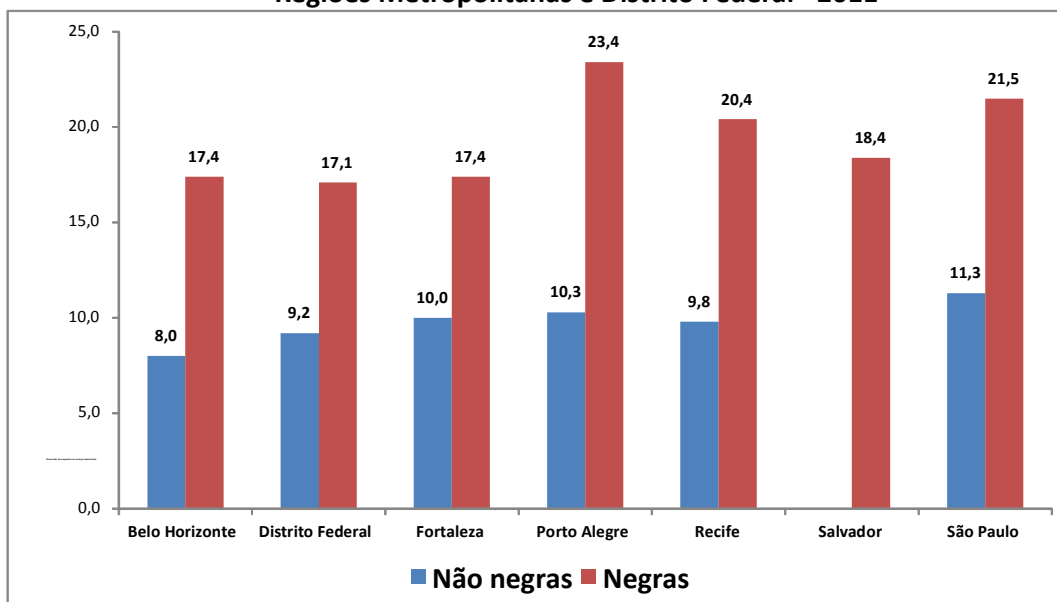
Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Trabalho em domicílios: ainda uma alternativa de inserção para as mulheres, sobretudo, negras, maduras e menos escolarizadas

GRÁFICO 2
Proporção das mulheres negras e não negras ocupadas nos serviços domésticos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

b) Na Região Metropolitana de Salvador a amostra não comportou a desagregação para mulheres não negras

O detalhamento do contingente das empregadas domésticas revela, ainda, a importância da atividade remunerada em domicílios entre as alternativas de trabalho

para pretas e pardas, para mulheres maduras e de baixa escolaridade.

Quando se faz a relação entre trabalho feminino nos serviços domésticos e raça/cor, percebe-se com clareza a importância dos

Trabalho DOMÉSTICO

serviços domésticos enquanto alternativa de trabalho para as afro-brasileiras.

Em todas as regiões com dados comparáveis, a proporção de mulheres negras nos serviços domésticos foi superior a de não negras, com destaque para a discrepância registrada em Porto Alegre – que concentrava 23,4% de pretas e pardas nesta atividade e somente 10,3% de brancas. Por outro lado, a menor proporção de afro-brasileiras envolvidas em atividades remuneradas exercidas em domicílios ocorria no Distrito Federal, como se pode observar no Gráfico 2.

O lugar reservado às mulheres negras no mercado de trabalho encontra explicação histórica no processo de organização da sociedade brasileira. No período escravista, a tarefa de cuidar dos afazeres domésticos era delegada às mulheres negras. Em grande medida, essa herança cultural permanece ainda arraigada em nosso mercado de trabalho.

A forte presença das mulheres negras nos serviços domésticos também se explica no campo da qualificação profissional. No caso do empregado doméstico, existe uma

sobrevalorização da experiência na atividade, e menor preocupação com a escolaridade, que pode estar privilegiando as mulheres negras, tanto pela cultura histórica de afeição feminina às atividades domésticas quanto pelo menor nível de escolaridade geral que a sociedade propicia à população negra. Tem se procurado mudar esse quadro com políticas afirmativas como a de cotas para o acesso à universidade.

Outra característica marcante entre as empregadas domésticas é a idade mais avançada das mulheres que trabalham nessa profissão. Como mostra a Tabela 3, os serviços domésticos têm absorvido, crescentemente, mulheres adultas em faixas etárias mais elevadas. A proporção de domésticas com mais de 40 anos aumentou em todas as regiões com dados comparáveis nos últimos 10 anos. De outro lado, a proporção de domésticas nas faixas etárias até 39 anos diminuiu em quase todas as regiões, e somente em Salvador a faixa etária de trabalhadoras domésticas de 25 a 39 anos registrou pequeno incremento.

TABELA 3
Distribuição das ocupadas e ocupadas no serviço doméstico segundo idade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011

(%)

Faixa etária	Belo Horizonte			Distrito Federal			Fortaleza			Porto Alegre		
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas
	2001	2011	2011	2001	2011	2011	2001	2011	2011	2001	2011	2011
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
16 a 24 Anos	25,0	6,3	16,9	31,6	10,5	17,2	(2)	14,7	18,7	11,7	(1)	17,1
25 a 39 Anos	39,7	36,5	41,7	44,3	41,1	43,7	(2)	37,5	40,7	36,0	26,4	39,5
40 a 49 Anos	21,2	30,0	22,8	15,1	29,5	23,3	(2)	28,9	23,2	29,1	33,6	23,6
50 a 59 Anos	9,6	21,5	14,7	6,1	14,9	12,3	(2)	14,0	12,2	16,6	28,0	15,4
60 Anos e Mais	(1)	5,6	3,9	(1)	(1)	3,2	(2)	(1)	4,4	5,2	8,3	4,1

Faixa etária	Recife			Salvador			São Paulo		
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas
	2001	2011	2011	2001	2011	2011	2001	2011	2011
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	0,5
16 a 24 Anos	19,0	6,5	15,2	31,7	9,2	14,2	17,9	5,2	18,7
25 a 39 Anos	44,3	40,2	41,4	39,5	42,6	44,9	42,5	33,7	42,0
40 a 49 Anos	21,5	32,0	24,2	17,7	28,6	23,1	24,1	31,5	21,6
50 a 59 Anos	9,7	17,2	14,2	6,8	16,0	14,1	10,6	23,2	13,1
60 Anos e Mais	(1)	(1)	4,7	(1)	(1)	3,5	3,4	6,0	4,1

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

(2) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

Em comparação com o total das trabalhadoras ocupadas, a proporção de mulheres trabalhando nos serviços domésticos é maior nas faixas etárias superiores a 40 anos, em todas as sete regiões investigadas. De maneira inversa, nas faixas etárias inferiores a 39 anos, a proporção de trabalhadoras nos serviços domésticos foi menor.

Historicamente, a valorização da experiência no desempenho dos serviços domésticos faz com que as famílias, naturalmente, tenham preferência por recrutar mulheres adultas para exercerem as tarefas domiciliares. Ademais, estas mulheres pertencem a uma geração que enfrentou fortes restrições no acesso à escolaridade e o serviço doméstico é uma das poucas atividades que abre espaço para mulheres adultas com baixo nível de instrução formal. Acrescente-se a isso, o fato de que muitas empregadas domésticas tendem a permanecer mais tempo nessa ocupação por não contribuírem para a previdência, o que acarreta maiores dificuldades para se aposentar.

Nos últimos anos, a forte redução na proporção das jovens entre 16 e 24 anos ocupadas nos serviços domésticos pode ser creditada a diversos fatores, entre os quais se destacam: o aumento da escolaridade dessa população e o crescimento econômico – que abre vagas em ocupações alternativas de outros setores. Nesse contexto, existem incentivos para que as moças prefiram buscar um trabalho mais reconhecido (*status*), valorizado (remuneração), com maiores perspectivas de progresso profissional e maior acesso a direitos – como o registro em carteira, uma jornada pré-definida, entre outros.

Já a proporção de crianças e jovens do sexo feminino (idade entre 10 a 15 anos) que se ocupam no trabalho doméstico foi tão pequena, que não atingiu representatividade estatística para ser divulgada em nenhuma das regiões pesquisadas. Essa informação revela a melhora, em alguma medida, de outro traço não desejável que marcava negativamente o trabalho doméstico no Brasil, isto é, o emprego de mão de obra de meninas e adolescentes; ainda que essa prática não tenha sido eliminada no país. Fatores demográficos, políticas públicas que estimulam a frequência das crianças e adolescentes à escola e a melhoria na massa de rendimentos da economia (maior renda familiar *per capita*) provavelmente favorecem o afastamento dessas crianças e adolescentes do trabalho doméstico.

Apesar do crescimento da escolaridade entre as trabalhadoras nos serviços domésticos, entre 2001 e 2011, o grau de instrução das domésticas ainda é, de maneira geral, baixo (Tabela 4). Na maior parte das regiões analisadas, mais da metade delas era analfabeta ou não havia concluído o ensino fundamental em 2011. Neste ano, em relação à totalidade das trabalhadoras ocupadas, as domésticas predominaram nas faixas de escolaridade inferiores ao ensino médio incompleto em todas as regiões pesquisadas. Já a totalidade das trabalhadoras ocupadas apresentava maior concentração nas faixas de escolaridade superiores ao ensino médio completo. Por não exigir níveis de instrução elevados, os serviços domésticos constituem uma das poucas alternativas hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Trabalho DOMÉSTICO

TABELA 4
Distribuição das ocupadas no serviço doméstico e do total de ocupadas por faixa de escolaridade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2001 e 2011

							(%)
Escolaridade	Belo Horizonte			Distrito Federal			
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	
	2001	2011	2011	2001	2011	2011	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	73,1	59,5	20,5	70,0	49,7	16,8	
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	18,7	22,7	14,2	20,9	23,2	13,6	
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	8,1	17,4	43,2	9,1	26,7	44,1	
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	22,1	(1)	(1)	25,6	
Escolaridade	Fortaleza			Porto Alegre			
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	
	2001	2011	2011	2001	2011	2011	
Total	(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	(2)	59,6	27,5	73,7	56,3	19,3	
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	(2)	22,7	17,6	18,9	26,4	17,6	
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	(2)	17,7	43,5	7,4	17,1	44,1	
Ensino Superior Completo	(2)	(1)	11,5	(1)	(1)	19,0	
Escolaridade	Recife			Salvador			
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas	
	2001	2011	2011	2001	2011	2011	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	81,7	60,8	22,8	73,6	49,5	18,6	
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	12,2	19,1	12,8	17,6	23,0	13,4	
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	6,0	19,8	47,9	8,8	27,2	52,0	
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	16,5	(1)	(1)	16,0	
Escolaridade	São Paulo						
	Ocupadas nos Serviços Domésticos		Total de Ocupadas				
	2001	2011	2011				
Total	100,0	100,0	100,0				
Analfabetas e Ensino Fundamental Incompleto	74,7	57,6	20,7				
Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto	16,4	21,2	14,7				
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	8,7	20,8	44,7				
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	20,0				

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

(2) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

Entre 2001 e 2011, seguindo a tendência de melhora da escolaridade da população brasileira como um todo, o percentual de empregadas domésticas com ensino médio completo ou superior incompleto mais que duplicou em todas as

regiões investigadas e com dados comparáveis.

Além de expressar a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, o dado indica uma importante diferenciação entre as ocupações exercidas

Trabalho DOMÉSTICO

nos serviços domésticos. Há uma tendência de crescimento, no conjunto do emprego doméstico, da participação de ocupações que são exercidas por pessoas com maior grau de instrução, como babás e acompanhantes de idosos. O envelhecimento da população, a diminuição do tamanho das famílias e a maior inserção feminina no mercado de trabalho

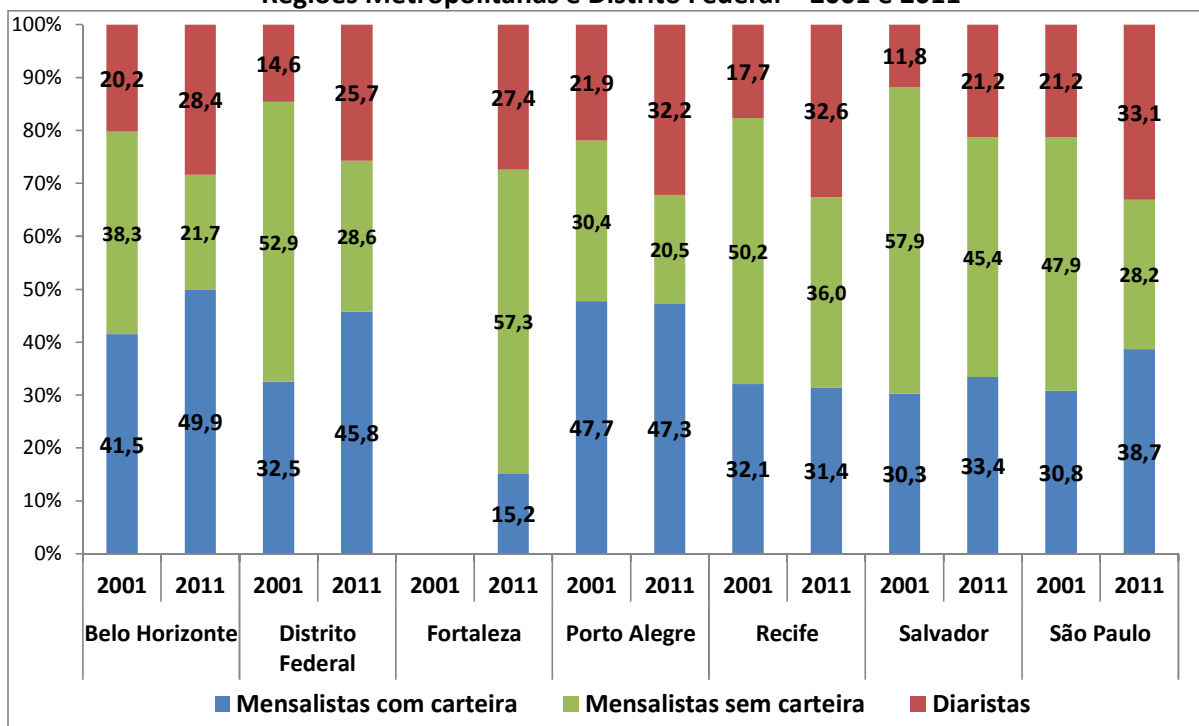
justificam a expansão do trabalho para estes profissionais domésticos mais especializados, em geral com maior escolaridade (inclusive com formação na área de saúde), mas que, ainda assim, mantêm o perfil do emprego doméstico, ligado às atividades que exigiriam habilidades consideradas femininas.

CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO DOMÉSTICO

GRÁFICO 3

Distribuição das trabalhadoras domésticas remuneradas entre diaristas e mensalistas com e sem carteira de trabalho assinada

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

b) Os valores apresentados podem não totalizar exatamente 100,0% pelo arredondamento nos números para a primeira casa decimal

Em 2011, a maior parte das trabalhadoras domésticas foi contratada como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 3). As mensalistas

representaram proporções acima de 66,9%, em todas as regiões analisadas.

Essas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram em melhor situação,

comparativamente com outras trabalhadoras domésticas. Isso porque há o reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho e, quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, também garante o acesso ao sistema de proteção social. Entre 2001 e 2011, a proporção de mensalistas com carteira entre as trabalhadoras domésticas aumentou na maioria das regiões em análise, uma vez que apenas em Porto Alegre e Recife a parcela de empregadas domésticas com carteira permaneceu relativamente estável. No entanto, em 2011, as mensalistas sem carteira ainda foram maioria nas três regiões metropolitanas nordestinas: Fortaleza, Recife e Salvador.

O crescimento da participação das diaristas nos serviços domésticos em todas as regiões analisadas foi uma das mudanças mais importantes na característica dessa atividade, entre 2001 e 2011. O maior crescimento na proporção de diaristas ocorreu no Recife, onde passou de 17,7% para 32,6%. São Paulo foi a região com maior percentual de diaristas (33,1%) no último ano.

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem de férias ou

fiquem doentes, deixam de receber os salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” de todo o serviço de uma casa em uma única jornada.

A opção pelo trabalho de diarista não é apenas da empregada doméstica, que visualiza nessa intensificação do trabalho uma forma de melhorar o baixo nível salarial da atividade. Essa decisão está associada, em grande medida, à escolha da família em ter em casa uma empregada que execute as tarefas do lar sem ter que pagar um salário integral. Assim, contratam diaristas e pagam apenas a diária, eximindo-se do registro na carteira e da contribuição para a Previdência Social. Também a redução do número de filhos nas famílias provavelmente tem incentivado a contratação de diaristas.

O aumento na participação destas trabalhadoras entre as domésticas remuneradas coloca, pois, o desafio de incluí-las na contratação formal e de garantir o acesso a benefícios assegurados em lei. As relações peculiares entre empregado e empregador exigem conhecimento e tratamento adequados, para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.

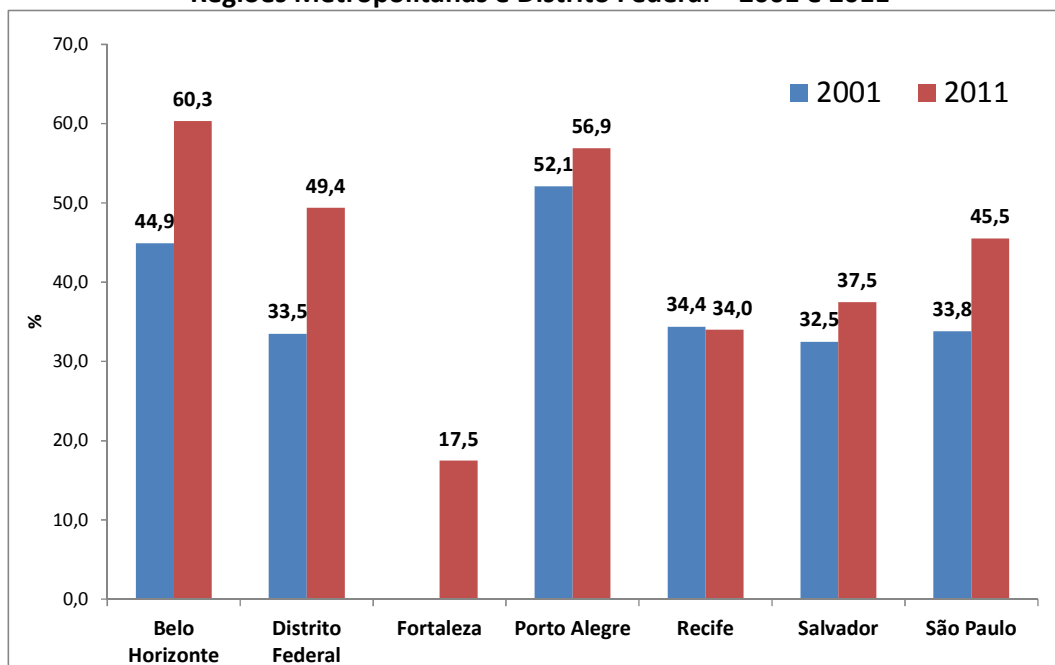
Contribuição à previdência ainda é muito baixa entre as domésticas

Ainda que a parcela de trabalhadoras domésticas remuneradas que contribuem para a previdência tenha aumentado nos últimos 10 anos, a baixa proporção destas empregadas que pagam a contribuição continuou a ser, em 2011, uma das grandes fragilidades dessa forma de inserção no mercado de trabalho (Gráfico 4). No último ano analisado, a parcela de trabalhadoras domésticas

remuneradas, que contribuíram para a previdência, superou a metade dessas profissionais apenas em Belo Horizonte (60,3%) e Porto Alegre (56,9%). Nas outras regiões, menos da metade das domésticas contribuíram para a Previdência. A região com menor proporção dessas trabalhadoras que realizaram a contribuição foi Fortaleza (17,5%).

GRÁFICO 4

Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas que contribuem para a Previdência Social
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

*Mesmo morando menos no local de trabalho,
as trabalhadoras domésticas ainda são submetidas a extensas jornadas*

O trabalho doméstico sempre esteve associado à realização de longas jornadas, até porque muitas empregadas domésticas residiam no local de trabalho. Entre 2001 e 2011, diminuiu expressivamente a proporção de trabalhadoras que moravam na casa do empregador – na maioria das regiões estudadas o fenômeno foi tão raro, que não houve sequer amostra que permitisse divulgar a estatística. A maior autonomia das domésticas pode significar alguma economia para o empregador, que assim repassa para elas alguns custos como alimentação noturna, energia elétrica etc. No Distrito Federal foram registrados os maiores percentuais de trabalhadoras que dormem no emprego: 37,4% em 2001 e 18,3% em 2011.

A jornada semanal média de trabalho das empregadas domésticas é, normalmente,

longa, em especial nas regiões metropolitanas do Nordeste, chegando a 44 horas semanais em Recife (Gráfico 5). Mesmo assim, a jornada média das empregadas domésticas diminuiu em quase todas as regiões pesquisadas com dados comparáveis. Apenas em Porto Alegre, a jornada permaneceu estável em 37 horas semanais. Contudo, a redução na jornada média das empregadas domésticas foi determinada, em grande medida, pelo aumento da presença de diaristas entre as domésticas.

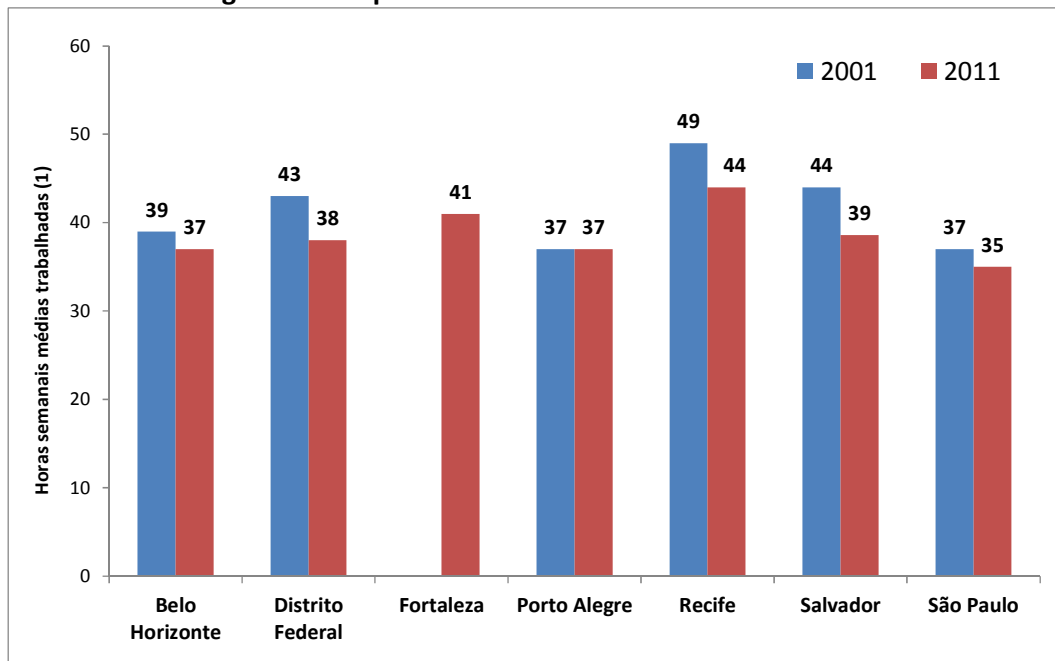
Entre as diaristas, a jornada semanal foi menos extensa e variou entre 22 horas (Salvador e Recife) e 26 horas (Porto Alegre e Belo Horizonte) em 2011. Essa menor jornada é reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e constitui-se elemento de instabilidade e insegurança no

Trabalho DOMÉSTICO

para elas. Por outro lado, as mensalistas, particularmente aquelas com carteira de trabalho assinada, foram submetidas a jornadas muito longas, que alcançaram 58 horas semanais em Recife no último ano.

Esses elementos permitem concluir que a redução observada na jornada média das empregadas domésticas, aparentemente positiva, na verdade encobre uma precarização na forma de inserção.

GRÁFICO 5
Horas semanais médias trabalhadas⁽¹⁾ nos serviços domésticos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Exclui as pessoas que não trabalharam na semana

Obs: a) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

Rendimentos das trabalhadoras domésticas aumentam, porém continuam muito baixos

Entre 2001 e 2011, o rendimento real médio das empregadas domésticas aumentou em todas as regiões com séries de dados comparáveis (Gráfico 6). Em larga medida, esse crescimento acompanhou a recuperação do rendimento médio real ocorrida para a totalidade dos trabalhadores ocupados em quase todas as regiões investigadas. A única exceção foi São Paulo, onde o rendimento dos ocupados como um todo apresentou retração.

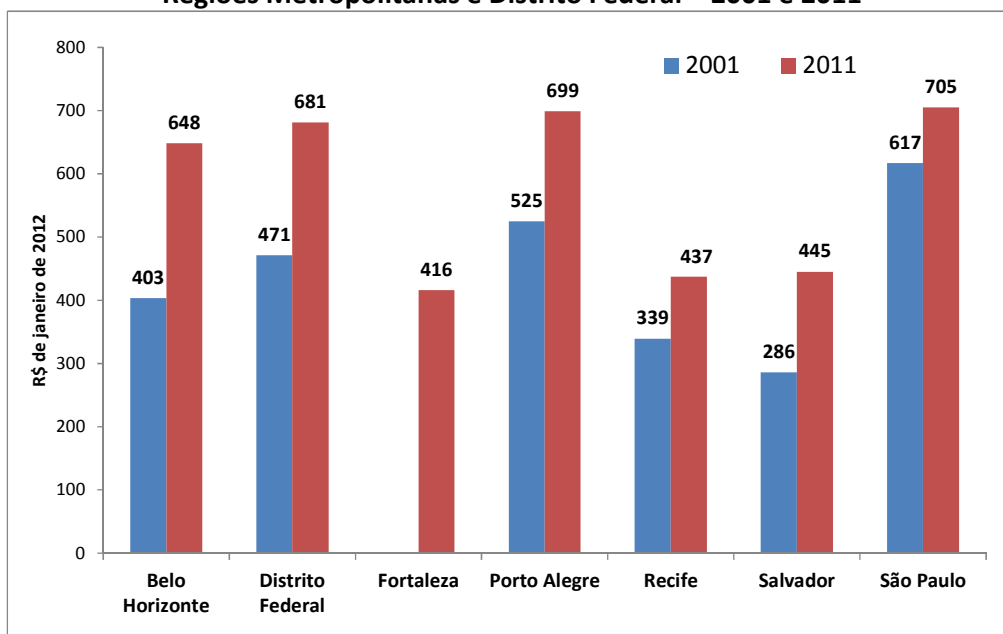
Todavia, quando comparado com os demais setores de atividades, o rendimento médio real por hora das trabalhadoras nos serviços domésticos ainda foi o menor, em 2011 (Tabela 5). O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas foi bem mais baixo nas regiões metropolitanas do Nordeste. Em Recife, equivaleu a R\$ 2,32 por hora e em Fortaleza a R\$ 2,37. Já em Salvador, a média recebida foi de R\$ 2,69. O maior rendimento médio horário foi observado em São Paulo

Trabalho DOMÉSTICO

(R\$ 4,71), capital onde o custo de vida é um dos mais elevados do país, seguido de Porto

Alegre (R\$ 4,41), Distrito Federal (R\$ 4,19) e Belo Horizonte (R\$ 4,09).

GRÁFICO 6
Rendimento real médio ⁽¹⁾ das ocupadas nos serviços domésticos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês

b) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

TABELA 5
Rendimento médio real por hora ⁽¹⁾ das ocupadas por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -
2011

(R\$ de janeiro de 2012)							
Sector de atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Fortaleza	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Total	7,50	10,43	4,47	7,08	4,78	5,33	7,45
Indústria	6,73	(3)	3,50	5,76	5,42	5,58	7,31
Comércio	5,49	5,81	3,68	5,31	3,31	4,19	5,87
Serviços	9,02	13,70	6,03	8,66	6,28	6,56	8,64
Construção Civil	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Serviços Domésticos	4,09	4,19	2,37	4,41	2,32	2,69	4,71
Outros (2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas: (1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

(2) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Trabalho DOMÉSTICO

O rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas, quando comparado ao recebido pelo total de trabalhadoras ocupadas, calculado a partir do rendimento real médio por hora, evoluiu positivamente entre 2001 e 2011 (Gráfico 7). Contudo, a desigualdade de rendimentos a que estão submetidas as domésticas das regiões metropolitanas brasileiras ainda situou-se, em 2011, em patamares aquém dos experimentados por outros países latino-americanos como, por exemplo, o Equador (68,0%) e o Peru (87,1%), de acordo com dados da OIT. (*O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe. Notas OIT, número 2, 2011*).

A recente redução na grande diferença de rendimentos das domésticas em relação à

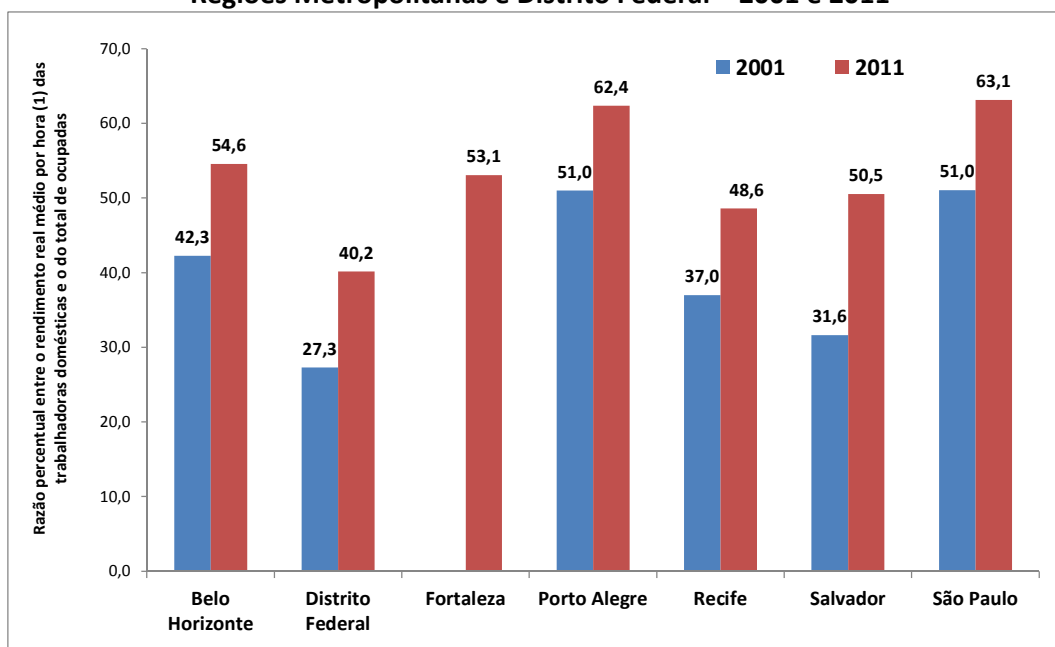
média das trabalhadoras ocupadas pode ser creditada a algumas razões.

Um dos fatores que pesou no aumento relativo maior dos rendimentos das trabalhadoras domésticas diz respeito a já referida heterogeneidade de ocupações compreendidas nos trabalhos domésticos, que pode ter gerado maior demanda por ocupações mais especializadas. Por exemplo, com o amadurecimento da estrutura etária nacional, há maior demanda por cuidadores de idosos o que, muitas vezes, valoriza diferenciadamente a formação do profissional na área de saúde – setor que paga melhores salários. Nesse sentido, contribui ainda o aumento da escolaridade das trabalhadoras domésticas.

GRÁFICO 7

Razão percentual entre o rendimento real médio por hora⁽¹⁾ das trabalhadoras domésticas e o do total de ocupadas

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 e 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas: (1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IBGE; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-lepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

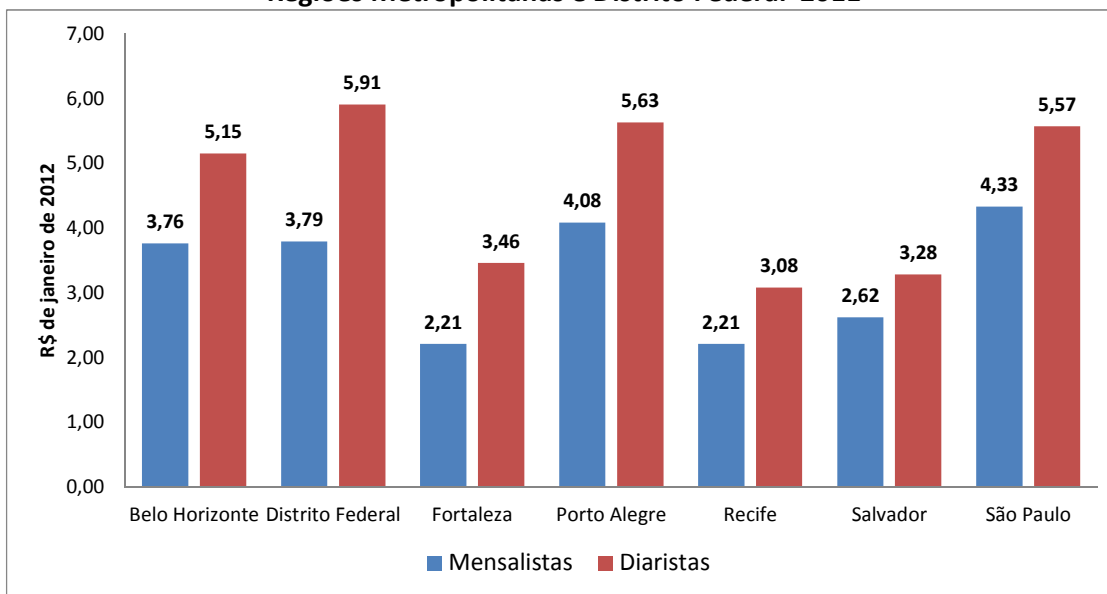
Obs: a) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
b) A RMF começou a ser pesquisada em 2008, fato pelo qual não há dados disponíveis para 2001

Outro fator que propiciou o aumento dos rendimentos das trabalhadoras domésticas foi a política de valorização do salário mínimo nacional, que repercute sobremaneira sobre os vencimentos das trabalhadoras domésticas remuneradas, já que estas possuem rendimentos muito próximos ao mínimo nacional. A introdução de políticas de piso regional com valores superiores ao nacional em Porto Alegre e São Paulo também deve ter contribuído para a diminuição da desigualdade entre o rendimento das domésticas e da totalidade das trabalhadoras nessas regiões.

Por outro lado, o aumento da parcela de diaristas frente a de mensalistas atuou no

sentido de aumentar os rendimentos médios das empregadas domésticas como um todo. Isso porque, o rendimento médio real por hora das diaristas é superior ao das mensalistas em todas as regiões analisadas (Gráfico 8). Em Salvador, onde se registrou a menor diferença, o rendimento das empregadas domésticas diaristas superou em 25,2% o das mensalistas. Já em Fortaleza, as diaristas chegaram a ganhar, em média, 56,6% a mais. A diferença de rendimento aliada à flexibilidade de jornada de trabalho – diante da extensão que assume – pode estar entre os fatores que explicam o crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas.

GRÁFICO 8
Rendimento médio real por hora⁽¹⁾ das empregadas domésticas mensalistas e diaristas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2011



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

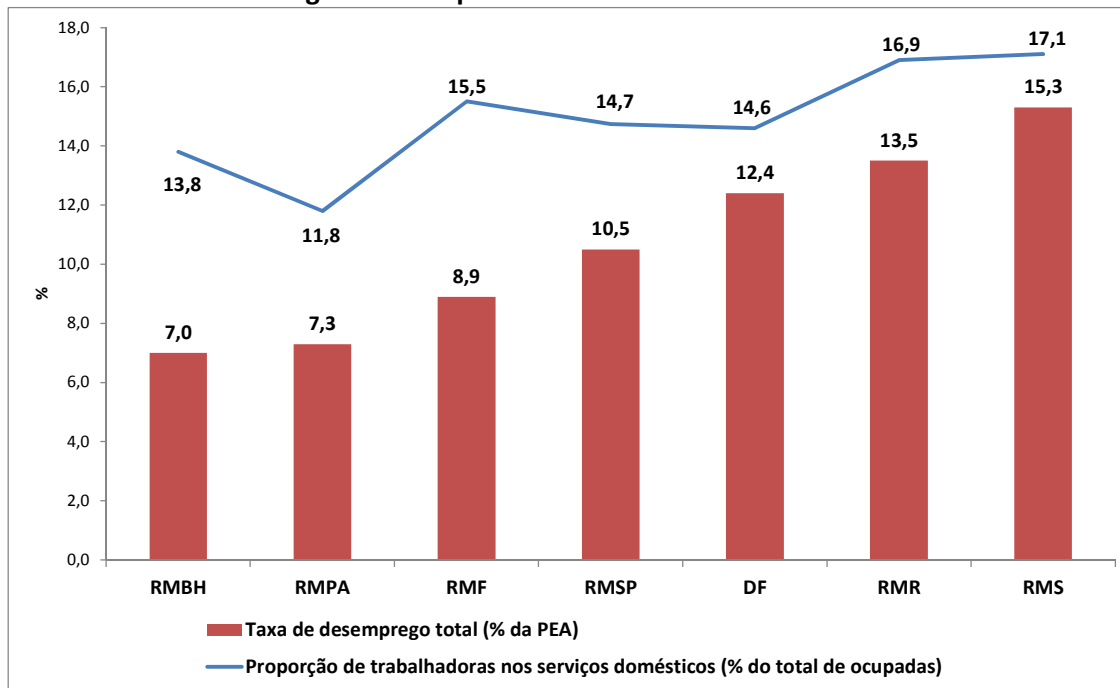
Nome: (1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

Obs: a) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês

O EMPREGO DOMÉSTICO SOB O CONTEXTO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

GRÁFICO 9

**Proporção de ocupadas nos serviços domésticos e taxas de desemprego total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011**



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Diversos fatores podem explicar esse movimento, tais como: lutas e conquistas das mulheres por igualdade na sociedade e no mercado de trabalho; necessidade de mão de obra para compor a força de trabalho; desenvolvimento tecnológico para especializar e auxiliar nas tarefas domésticas; novas relações de trabalho etc..

De todo modo, essa relação direta entre taxa de desemprego e proporção de trabalhadoras domésticas parece estar operando no mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos últimos anos (Gráfico 9). As regiões com menores taxas de desemprego, como Porto Alegre (7,3%), também registram as menores parcelas de trabalhadoras domésticas entre as ocupadas

(11,8%). Por outro lado, a região metropolitana com maior taxa de desemprego, Salvador (15,3%), foi a que registrou maior proporção de empregadas domésticas na estrutura ocupacional feminina (17,1%).

Dados mensais recentes para o conjunto das sete regiões pesquisadas pela PED evidenciam que taxa de desemprego e proporção de trabalhadores nos serviços domésticos estão fortemente correlacionadas. Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, o coeficiente de correlação entre as variáveis foi de 0,93; valor muito próximo da correlação máxima, que seria 1,00⁵.

⁵ O coeficiente de correlação não indica a casualidade entre as variáveis, ou seja, qual variável está determinando a outra e em que medida, apenas indica

Trabalho DOMÉSTICO

Há, portanto, fortes indícios de que o próprio aquecimento da economia que resultou em redução da taxa de desemprego possa explicar o fenômeno da redução do trabalho doméstico na estrutura de emprego. E isso faz sentido quando se pensa que a abertura de vagas em outros setores, com melhores salários, proteção social e *status* - principalmente quando se considera o aumento da escolaridade - possa estar

deslocando trabalhadores do serviço doméstico para outras áreas.

Mas isso não significará a extinção da função de empregada doméstica e nem que todos os desafios de qualificar essa ocupação estarão resolvidos com o crescimento da economia. Pelo contrário, essas informações apenas sugerem que é urgente profissionalizar essa atividade, conferindo-lhe todos os direitos e qualificando a inserção desses trabalhadores no mundo laboral.

haver ou não uma relação entre elas, bem como o sentido dessa relação (direta ou inversa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego doméstico no Brasil caracteriza-se por ser uma ocupação de baixos salários, jornadas extensas, pouca proteção social e alto grau de informalidade na contratação. A mão de obra é essencialmente feminina, mais da metade das trabalhadoras são negras, têm entre 25 e 49 anos ou mais e baixo nível de escolaridade.

Em momento de crescimento da economia, como ocorreu entre 2004 e 2009, com impactos positivos no nível de emprego como um todo, o emprego doméstico começou a passar por lenta modificação. Muitas jovens passaram a optar por empregos em outros setores - como comércio e serviços. Com isso, o perfil etário das trabalhadoras domésticas se alterou entre 1999 e 2009, ocorrendo um envelhecimento da categoria.

Houve também o aumento do número de diaristas. Para essas mulheres, o ritmo de trabalho é intenso e pode causar riscos à saúde. Como não têm nenhuma proteção social, em caso de doença, as diaristas ficam em situação de grande vulnerabilidade, pois deixam de receber salários.

Os desafios para a valorização do trabalho doméstico são grandes. Quando se escuta pessoas que empregam trabalhadoras domésticas, percebe-se que as falas dessas patroas ainda carregam uma grande carga de preconceito, trazendo resquícios de um trabalho que começou na época da escravidão e que, a duras penas, vem se profissionalizando no país. Por sua vez, as trabalhadoras mencionam o preconceito que sentem na vida diária por trabalharem nos serviços domésticos, como indicou o Relatório de Pesquisas “As Trabalhadoras Domésticas e as Mulheres Dedicadas aos Afazeres Domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador”. O estudo foi realizado pelo DIEESE e Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica DIEESE e Secretaria de

Políticas para as Mulheres “As Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro: informações qualitativas e quantitativas, em abril de 2011.

Para mudar essa situação no país é preciso, entre outras coisas, avançar na legislação que regula a ocupação, igualando-a à referente aos demais trabalhadores, uma vez que a categoria não tem acesso a direitos básicos garantidos em lei para a maioria dos que trabalham, uma vez que para elas, FGTS e seguro-desemprego ainda é opcional e o registro não é obrigatório. Acrescente-se a necessidade de se desenhar um sistema de proteção social que garanta às trabalhadoras, sejam elas mensalistas com ou sem carteira ou diaristas, os direitos básicos de aposentadoria, mediante uma contribuição realista para trabalhadoras e empregadores. Além disso, é preciso levar em consideração a necessidade de se respeitar jornada de trabalho, o pagamento de horas extras caso exceda o tempo contratado, bem como pensar em cursos de qualificação que capacitem as trabalhadoras para desempenhar as tarefas da melhor forma possível.

Para avançar em relação à melhoria das condições de vida e trabalho de quem se ocupa dos trabalhos domésticos remunerados, ainda é preciso vencer preconceitos socialmente aceitos. Isso só é possível quando se deixar de lado a ideia de que este trabalho remonta a uma época de escravidão; de que ele só pode ser realizado por mulheres de baixa escolaridade, sem opção de escolha para a própria vida e outros empregos. O caminho da profissionalização desta ocupação passa pela construção da valorização da ocupação e pelo reconhecimento da importância do trabalho destas mulheres na sociedade brasileira.

Quando se olha para outros países, o campo de possibilidades de desenvolvimento futuro da atividade é amplo. Em alguns países desenvolvidos, o trabalho doméstico remunerado é executado por trabalhadores

terceirizados em empresas especializadas na prestação desse serviço às famílias. Em outros, essa atividade vem a ser uma alternativa de trabalho para estrangeiros com baixa qualificação profissional, situação que geralmente determina maior precarização da relação de trabalho. Também uma combinação desses tipos de solução não pode ser descartada.

Se o futuro do trabalho doméstico remunerado no Brasil é ainda demasiado incerto para se arriscar especulações, certo é que as possibilidades de desenvolvimento futuro dependerão das ações que serão tomadas para o enfrentamento dos desafios

que se colocam no presente. O aumento da escolaridade da população, notadamente dos jovens, vem deslocando trabalhadores dessa atividade para outras de maior prestígio, proteção social e valorização salarial, sobretudo em um contexto de aquecimento da economia e de oferta de vagas em outros setores. Esse é, por exemplo, um desafio a ser enfrentado e sua superação passará, necessariamente, por políticas que favoreçam a valorização da ocupação enquanto atividade necessária à organização da vida privada, para possibilitar aos indivíduos a atuação na vida pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009

DIEESE. **Medida Provisória 284**: impactos para empregados domésticos e para empregadores. São Paulo: DIEESE. Nota Técnica – nº 27, julho 2006.

_____. **As Trabalhadoras Domésticas e as Mulheres Dedicadas aos Afazeres Domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador**. Relatório de Pesquisas. DIEESE e Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica DIEESE e Secretaria de Políticas para as Mulheres “As Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro: informações qualitativas e quantitativas, em abril de 2011.

MTE. **Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações**. – 4ª ed. – Brasília: MTE, SIT, 2012

OIT. **O trabalho doméstico remunerado na América Latina e Caribe**. Notas OIT, número 2, 2011.



Março de 2012

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT.

Regiões Metropolitanas

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert. **Porto Alegre:** Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul – SJDs; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS-Sine/RS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA. **Distrito Federal:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – Setrab. **Belo Horizonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag; Fundação João Pinheiro – FJP; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete MG. **Salvador:** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho. **Recife:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem; Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco; Agência do Trabalho – Sine/PE. **Fortaleza:** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS; Sistema Nacional de Emprego – Sine/CE

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Outubro 2012 – Nº 7

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

O TRABALHADOR E A INSERÇÃO OCUPACIONAL NA CONSTRUÇÃO E SUAS DIVISÕES

A Construção ocupa um contingente crescente de trabalhadores e pode ser apontada como um dos responsáveis pelo dinamismo econômico e do mercado de trabalho nos últimos anos.

*Na última década, o mercado de trabalho metropolitano experimentou uma série de mudanças que podem ser representadas pela retração da taxa de desemprego e pelo aumento da parcela de trabalhadores com empregos protegidos. Esta 7ª edição do **Boletim Trabalho e Construção** objetiva esclarecer como a Construção está estabelecida dentro dessa dinâmica, considerando que se trata de um setor que apresenta heterogeneidade na configuração interna e nas diversas regiões metropolitanas. Para isso, o setor será analisado na totalidade e também em três divisões: a construção e a incorporação de edifícios, as obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção.*

Para a realização desse estudo, serão utilizados indicadores apurados pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego - Sistema PED, em convênio que reúne o DIEESE, a Fundação Seade, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (MTE/FAT) e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

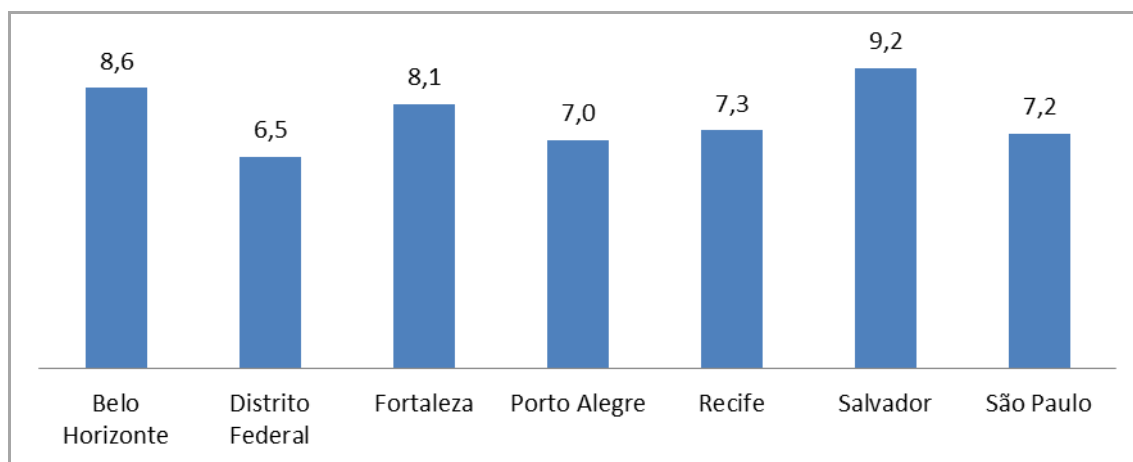
Vale destacar que recente adoção de uma nova metodologia de classificação de setores de atividade (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE), pela PED, permitiu uma abordagem mais específica e desagregada das três divisões que constituem o setor, além da perspectiva de comparação regional.

SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EDIFÍCIOS OCUPA MAIORIA DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO

GRÁFICO 1

Proporção de ocupados absorvidos pela Construção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Em 2011, a Construção ocupou 1.488 mil trabalhadores nas sete regiões pesquisadas pelo Sistema PED. Apesar da natural predominância do setor de serviços em todas as metrópoles, é notável a importância da Construção, que abarcava 7,5% das inserções ocupacionais, variando entre 6,5%, no Distrito Federal, e 9,2%, na Região Metropolitana de Salvador, conforme mostrado no Gráfico 1.

A fim de atender ao mercado de edificações e às necessidades de obras estruturais e benfeitorias públicas ou privadas, o setor se organiza em dois segmentos de transformação - construção e incorporação de edifícios e obras de infraestrutura. Além disso, conta com um segmento de serviços especializados para a construção. Quando o universo ocupacional é retratado a partir dessas três divisões, verifica-se que a

construção e incorporação de edifícios corresponde aproximadamente a 2/3 dos postos de trabalho do setor, seguida pelos serviços especializados para a construção. Apesar dos investimentos recentes, as obras de infraestrutura ainda representam parcela reduzida das ocupações.

No Distrito Federal, a construção e incorporação de edifícios ocupava 79,6% dos trabalhadores desse segmento produtivo, enquanto em Belo Horizonte se restringia a 56,9%. A proporção de ocupados nos serviços especializados para a construção, por sua vez, apresentava grande variabilidade entre as regiões: em Belo Horizonte, a divisão atingia 37,3%, enquanto em Salvador, ficava somente em 16,8%. Já a divisão de obras de infraestrutura se sobressaía em Recife, onde correspondia a 8,7% do contingente no setor (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos ocupados na Construção segundo as divisões do setor
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011

Regiões	Total	Divisões da construção		
		Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infra- Estrutura	Serviços Especializados para Construção
Belo Horizonte	100,0	56,9	5,8	37,3
Distrito Federal	100,0	79,6	(1)	19,5
Fortaleza	100,0	77,4	(1)	18,8
Porto Alegre	100,0	78,5	4,6	16,9
Recife	100,0	66,9	8,7	24,4
Salvador	100,0	77,6	(1)	16,8
São Paulo	100,0	64,2	4,3	31,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

CONSTRUÇÃO É ALTERNATIVA DE TRABALHO PARA HOMENS, NEGROS, CHEFES DE FAMÍLIA, COM IDADE AVANÇADA E MENOR ESCOLARIDADE

Apesar da frequente veiculação de relatos de crescimento da participação feminina na Construção, constata-se que este ainda é um terreno predominantemente masculino. Em 2011, no Distrito Federal, 91,9% dos ocupados no setor eram homens, percentual que atingiu 97,0% em Fortaleza.

A repercussão da recente presença das mulheres ainda é insuficiente para modificar a configuração histórica do setor. Contudo, já era percebida no ano passado em algumas metrópoles acompanhadas pelo Sistema PED: Distrito Federal (8,1%); Belo

Horizonte (7,0%); São Paulo (5,0%) e Recife (4,7%).

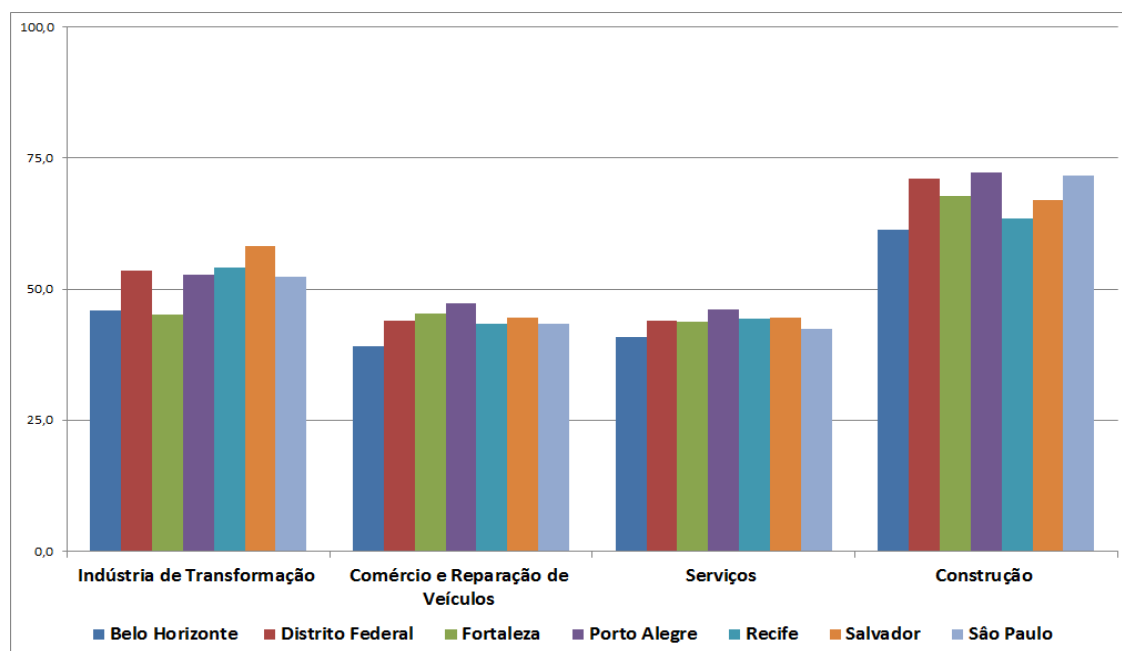
Além de caracteristicamente masculina, a Construção é também marcada pela inserção de trabalhadores com idade mais avançada e mais responsabilidades familiares. Aproximadamente 2/3 dos ocupados no setor são chefes de família, o que, em alguma medida, está associado ao perfil etário dos trabalhadores. A proporção de trabalhadores entre 40 e 59 anos na Construção ficava próxima aos 40,0%, superando o encontrado nos demais setores (Gráfico 2)

GRÁFICO 2

Proporção de chefes de família entre os ocupados, por setor de atividade

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011

(em %)



Fonte: Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Entre os aspectos que caracterizam a força de trabalho da Construção, merece destaque o fato de o segmento concentrar grande número de trabalhadores pretos e pardos. Independentemente da distribuição desigual da população negra no território brasileiro, a presença dela na Construção supera a encontrada em qualquer outro setor.

Em 2011, 94,0% dos ocupados na Construção na Região Metropolitana de Salvador eram negros. Nos demais segmentos do setor, a proporção ficava em torno de 88%. Essa sobre-representação, contudo, era observada também em Porto Alegre, onde os afro-brasileiros são notadamente minoritários, como mostrado na Tabela 2.

TABELA 2
Proporção de negros ocupados segundo setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -2011

(em %)

Regiões	Setores de atividade e divisões da Construção civil							
	Total (1)	Indústria de Transformação	Comércio e Reparação de Veículos	Serviços	Construção			
					Total	Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção
Belo Horizonte	62,6	64,6	63,9	60,4	72,7	72,4	(2)	75,5
Distrito Federal	68,7	73,3	70,9	67,2	75,9	76,5	(2)	74,1
Fortaleza	74,9	76,2	74,5	73,3	82,3	82,9	(2)	81,6
Porto Alegre	11,5	8,6	9,4	12,4	17,0	17,1	(2)	(2)
Recife	68,6	69,4	69,2	67,3	75,8	77,1	66,0	76,0
Salvador	88,4	88,0	87,1	88,0	94,0	94,5	(2)	92,9
São Paulo	33,7	32,5	32,2	33,2	45,6	46,0	(2)	45,4

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui ocupados em atividades que, pelo reduzido contingente, não permitem a desagregação setorial.

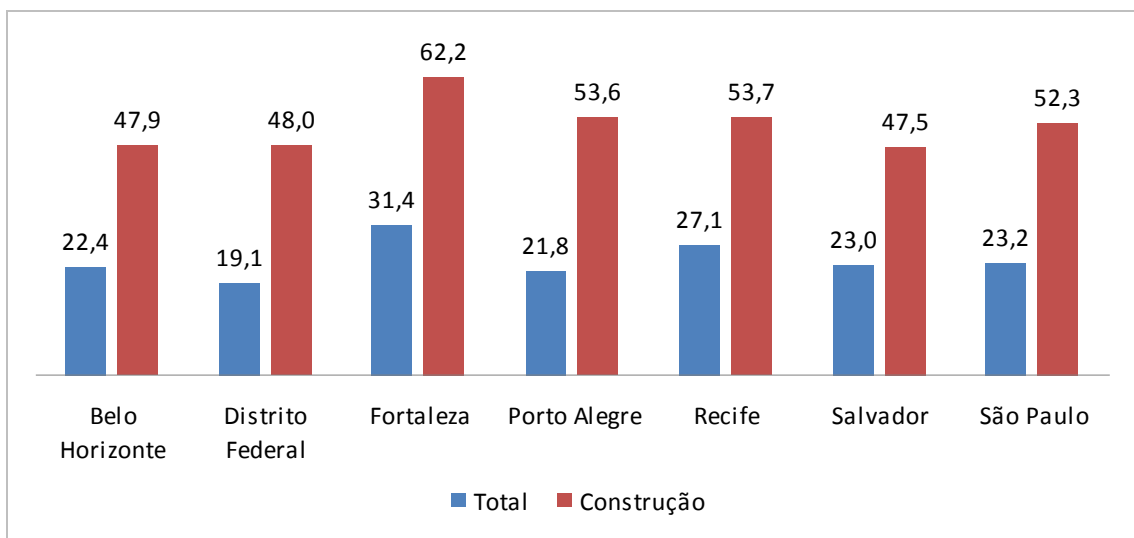
2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A escolaridade da população cresceu em todas as regiões na última década. Todavia, a Construção ainda oferece uma alternativa de trabalho para aqueles indivíduos com baixo nível de instrução. Em 2011, a Construção foi o setor com a maior concentração de trabalhadores com até o ensino fundamental incompleto. Em Fortaleza, a participação desses trabalhadores atingiu 62,2%.

Como parte do fenômeno do aumento da escolaridade, houve ampliação da parcela de indivíduos com curso superior completo na última década. Ainda assim, o setor da Construção apresenta uma proporção reduzida de ocupados com esse nível de escolaridade. Em Recife, apenas 3,5% dos ocupados na Construção tinham ensino superior no período analisado (Gráfico 3a e 3 b).

GRAFICO 3a

Proporção de ocupados com escolaridade até o ensino fundamental incompleto, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011 (em %)

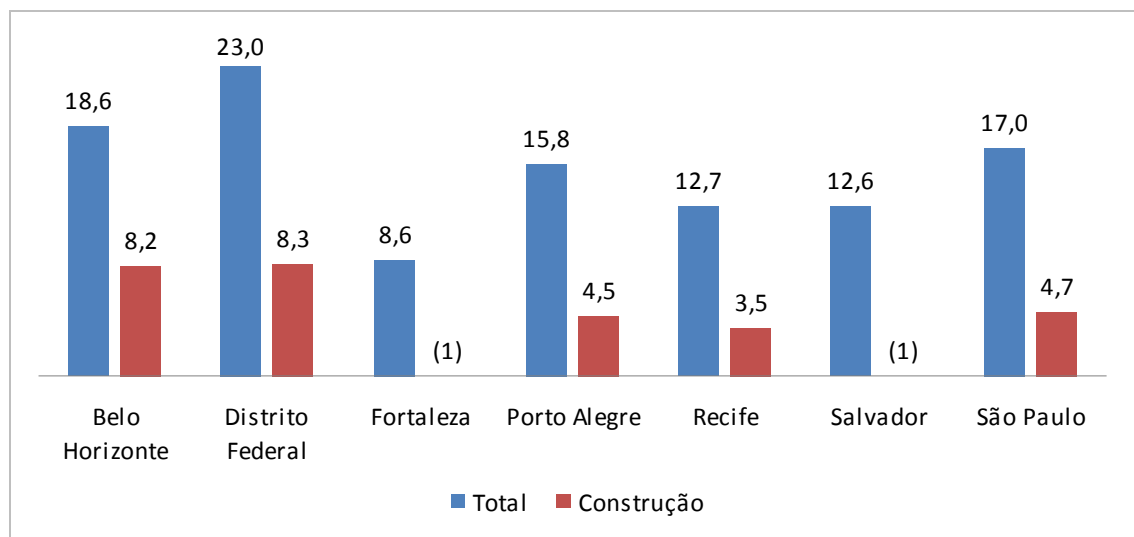


Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

GRAFICO 3b

Proporção de ocupados com ensino superior completo, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

O perfil dos trabalhadores nas três divisões que constituem a Construção difere de modo sutil. Ainda assim é possível destacar algumas características de cada uma delas.

Os serviços especializados para a construção apresentaram proporção ligeiramente maior de homens em todas as regiões analisadas. Por sua vez, o segmento de construção e incorporação

de edifícios tinha mais trabalhadores negros em quase todas as regiões - exceto em Belo Horizonte.

Além disso, os trabalhadores nos serviços especializados para a construção são mais jovens e possuíam mais escolaridade em relação aos que estavam ocupados na construção e incorporação de edifícios.

A INSERÇÃO OCUPACIONAL POR CONTA PRÓPRIA, PRINCIPALMENTE NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, DIMINUI A PRESENÇA DO EMPREGO PROTEGIDO NA CONSTRUÇÃO

Nos últimos anos, o crescimento econômico, acompanhado de estabilidade monetária, uma política de renda centrada na valorização do salário mínimo, de estímulos ao setor produtivo e de crédito facilitado para o consumo, tem impulsionado o fortalecimento do mercado de trabalho urbano. Os rendimentos têm desenhado trajetória, ainda que lenta, de recuperação, que seguem a esteira de importante recuo do desemprego, por sua vez, proporcionado por forte geração ocupacional possibilitada pela expansão do emprego privado e com carteira de trabalho assinada.

As áreas metropolitanas mostram com precisão este processo de estruturação por meio da expansão do crescimento consolidado das inserções protegidas - emprego com carteira assinada no setor privado ou público, somado aos estatutários. Em 2011, apenas em Fortaleza e Recife, o emprego protegido não alcançou a metade dos ocupados. Nas demais regiões, esse percentual variou entre 60,9%, em Belo Horizonte, e 50,7%, em Salvador. Por outro lado, persiste ainda a existência do emprego ilegal, que é o trabalho realizado sem carteira assinada, seja no setor privado ou

público. Em Fortaleza e Recife, onde a presença do emprego protegido é menor, foram encontrados os maiores percentuais de trabalhadores em empregos ilegais, 13,1% e 12,0%, respectivamente.

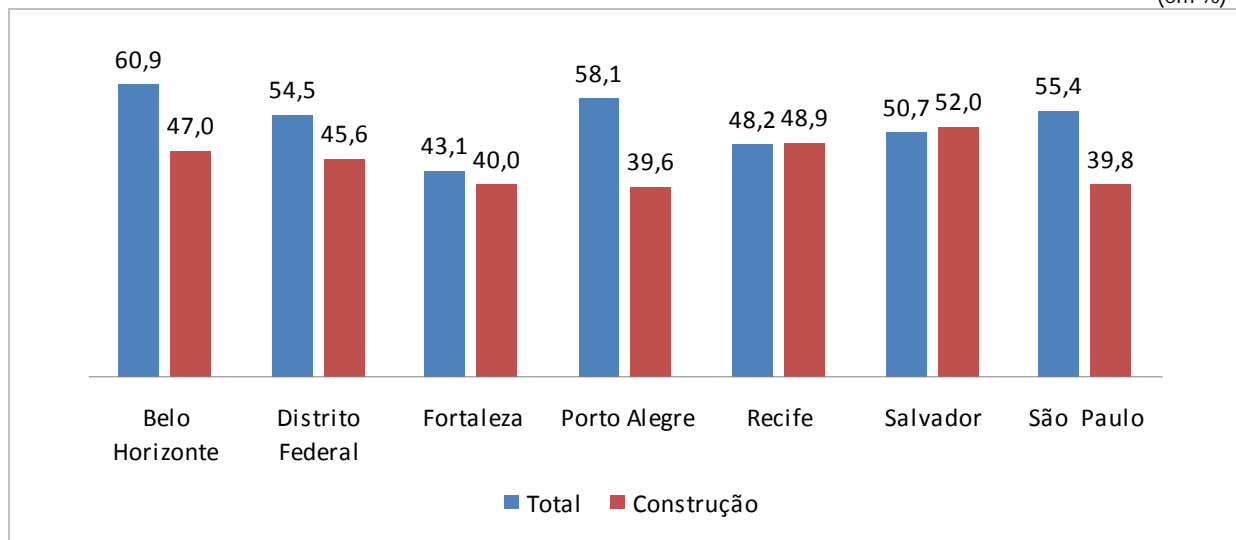
Esse fato evidencia a heterogeneidade da composição dos mercados de trabalho metropolitanos em relação às formas de inserção dos trabalhadores, e permite observar ainda a forte presença do trabalho por conta própria, em que o trabalhador é responsável por organizar as tarefas produtivas, o negócio e a relação com o mercado em que atua. A atividade desenvolvida por conta própria tem presença mais expressiva nas regiões metropolitanas nordestinas: Fortaleza: 22,3%; Salvador: 19,8% e Recife: 17,6%.

Nesse contexto, chama atenção o fato de a inserção na Construção apresentar ainda maior heterogeneidade, pois no setor torna-se evidente a menor presença do emprego protegido diante do observado para o total de ocupados, na maioria das regiões. Por outro lado, apresenta maior presença do trabalho por conta própria em todas as regiões, quando comparado com o total de ocupados (Gráficos 4a e 4b).

GRAFICO 4a

Proporção dos ocupados inseridos através de emprego protegido, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011

(em %)

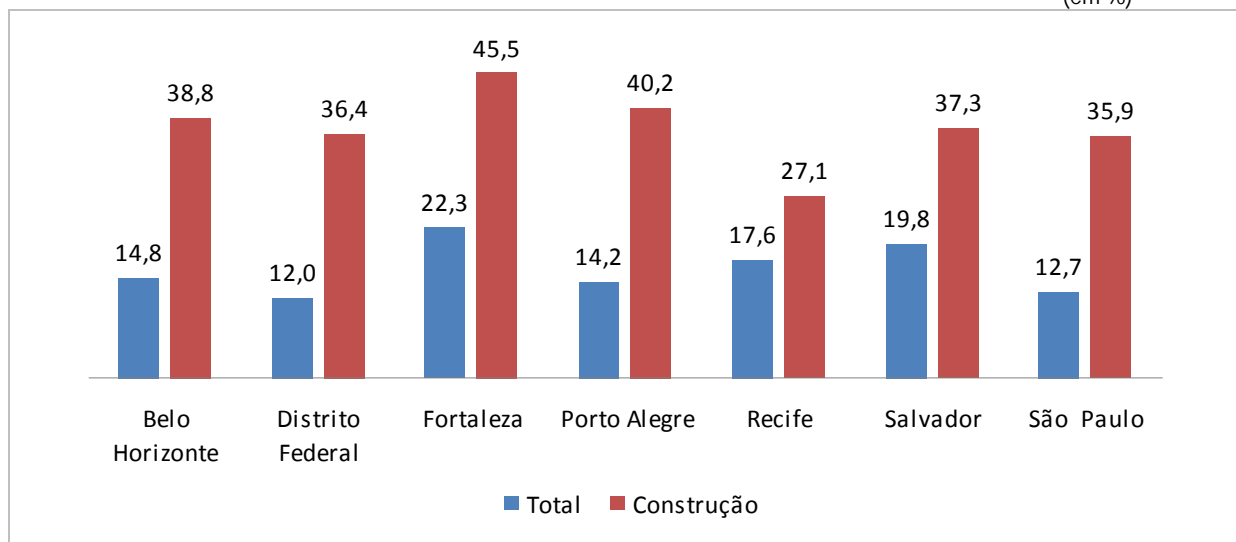


Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

GRAFICO 4b

Proporção dos ocupados inseridos por conta própria, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

A abrangência da proteção também ocorre em níveis diferenciados entre as divisões da Construção (Gráfico 5). O segmento de obras de infraestrutura se destaca por apresentar a maior proporção de empregados protegidos entre as três divisões que compõem o setor.

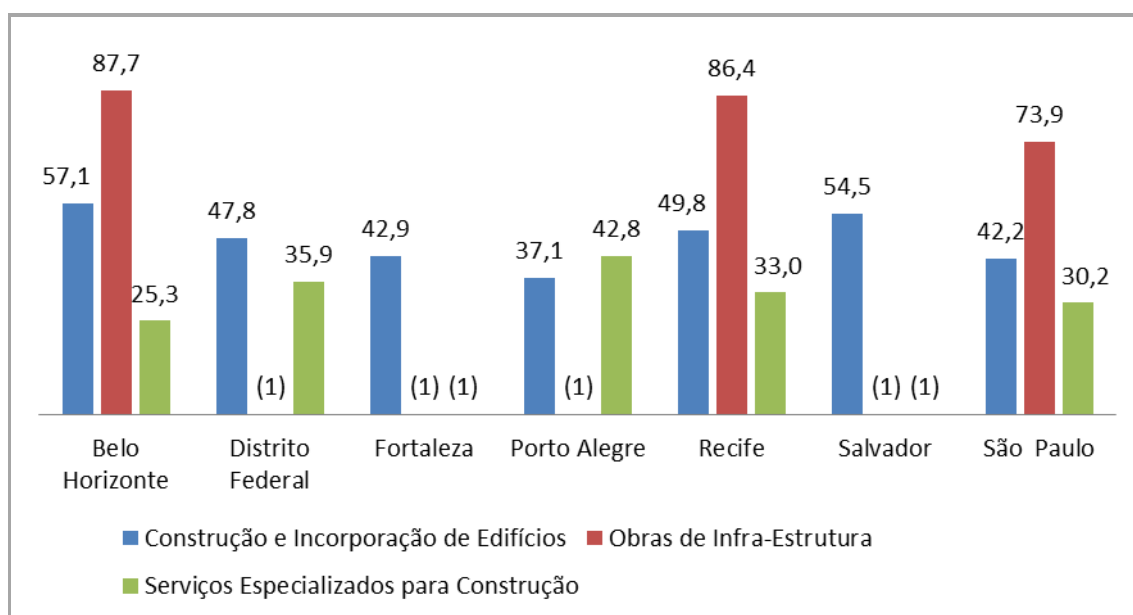
No último ano, em Belo Horizonte, 87,7% dos ocupados em obras de infraestrutura estavam trabalhando de forma protegida. Na construção e incorporação de edifícios, divisão que ocupa a maior parcela de trabalhadores do setor, a proporção de ocupados protegidos variou de 57,1%, em Belo Horizonte, a 37,1%,

em Porto Alegre. Já as menores parcelas de trabalhadores com emprego protegido foram identificadas nos serviços especializados para a construção. Em Belo Horizonte, essa forma de inserção protegida cobriu apenas 25,3% dos trabalhadores que atuavam neste segmento. Em consonância, os serviços especializados para a construção registraram a maior proporção de trabalhadores por conta própria entre os segmentos em quase todas as regiões pesquisadas, o que mostra que esta é, portanto, uma característica marcante e fundamental desta divisão do setor da Construção (Gráfico 6).

GRÁFICO 5

Proporção dos ocupados com emprego protegido sobre o emprego total nas divisões da Construção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
2011

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

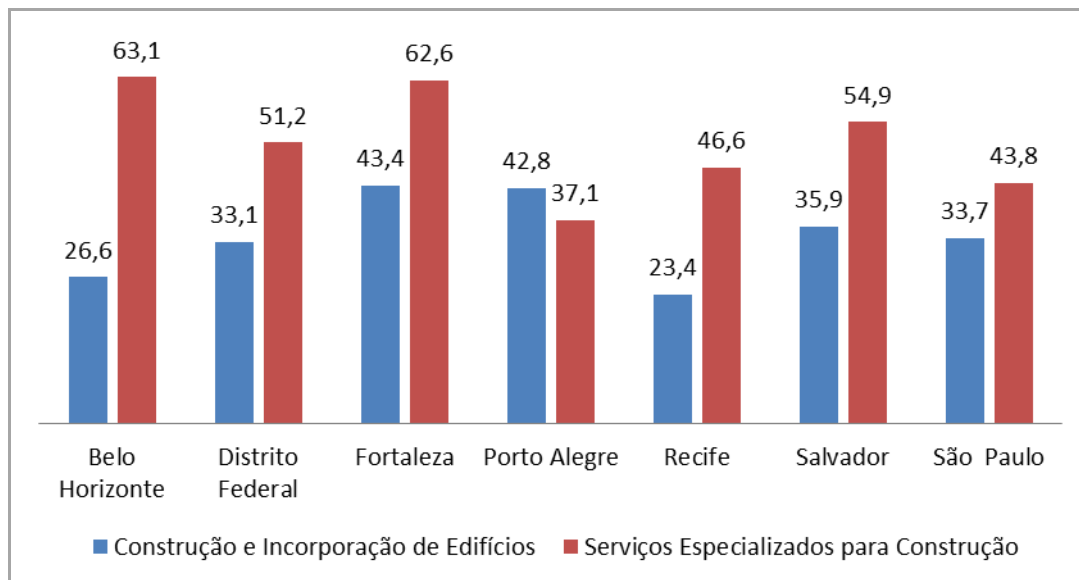
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

GRÁFICO 6

Proporção dos ocupados na Construção e incorporação de edifícios e nos serviços especializados para construção, por conta própria - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2011

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

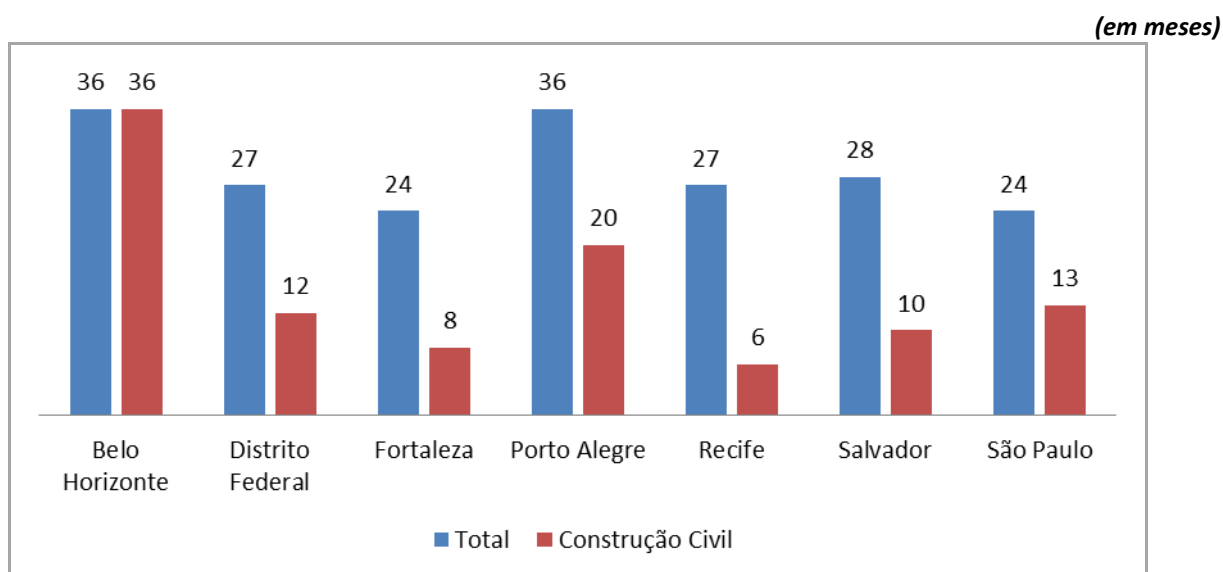
MENOR TEMPO DE PERMANÊNCIA É CARACTERÍSTICA MARCANTE DA INSERÇÃO LABORAL NA CONSTRUÇÃO

A rotatividade tem grandes impactos negativos no mercado de trabalho, especialmente para os trabalhadores. Analisando o tempo de permanência no trabalho principal, é possível observar que, especificamente no setor da Construção, o fenômeno assume dimensão ainda maior. Em todas as regiões metropolitanas,

exceto a de Belo Horizonte, os trabalhadores da Construção permanecem ainda menos tempo nos postos, quando comparados ao total dos ocupados. Nas regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza, metade dos trabalhadores na Construção permanecia no posto de trabalho até seis e oito meses, respectivamente.

GRÁFICO 7

Tempo mediano de permanência no trabalho principal do total de ocupados e dos ocupados na Construção - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2011



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

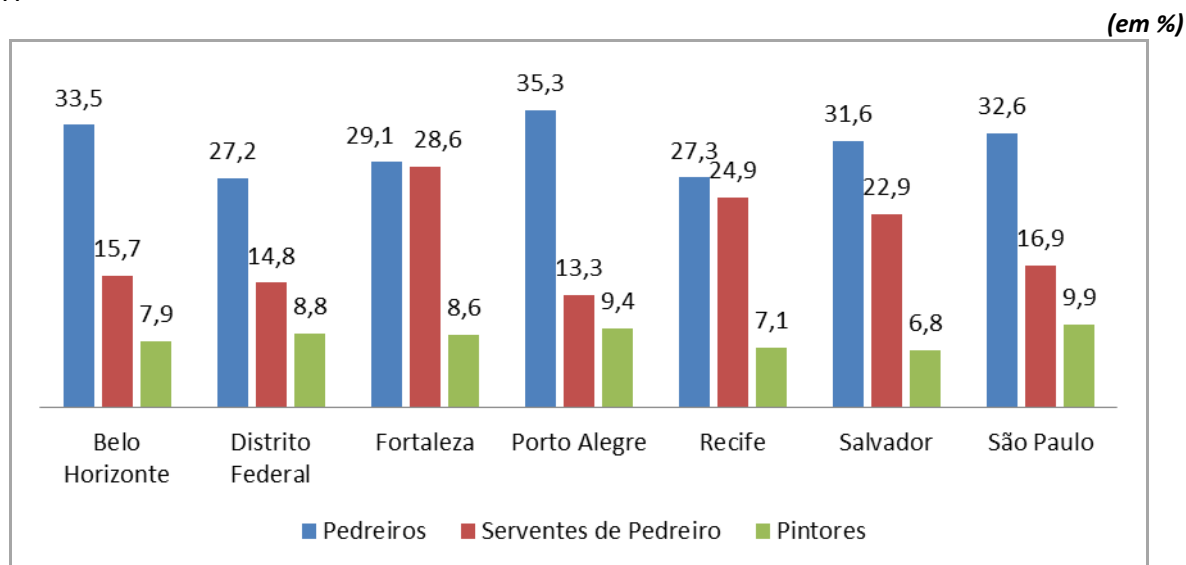
MAIS DA METADE DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO É PEDREIRO, AUXILIAR DE PEDREIROS OU PINTOR

A transformação de matéria-prima e insumos típicos da Construção e o manejo de instrumentos e ferramentas exigem complexa combinação de saberes e ofícios. Nos canteiros de obra, entretanto, três ocupações ainda imperam: pedreiros, serventes de pedreiros e pintores.

Em todas as regiões pesquisadas, o predomínio é da ocupação de pedreiro que, em 2011, correspondia a 27,2% do contingente de trabalhadores da Construção do Distrito Federal e a 35,3% de Porto Alegre. Há

também forte presença da categoria ocupacional que desempenha os serviços auxiliares às tarefas dos pedreiros, os serventes de pedreiro. Em todas as regiões, os serventes são a segunda maior categoria de ocupados. Em Fortaleza, eles representam 28,6% do setor, percentual muito próximo ao observado para os pedreiros. Em menor medida, mas ainda de forma representativa, o setor é composto também por pintores, que somam 9,9% do contingente de trabalhadores em São Paulo.

GRÁFICO 8
Distribuição dos ocupados na Construção (1) por principais ocupações
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
2011



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO TÊM BAIXOS RENDIMENTOS E ESTÃO SUBMETIDOS A EXTENSAS JORNADAS

O rendimento real médio dos ocupados na Construção é inferior ao do total de ocupados em todas as regiões consideradas neste estudo. Em termos absolutos, a remuneração deste setor variou entre R\$ 857 (Fortaleza) e R\$ 1.707 (Distrito Federal), acompanhando as diferenças regionais observadas no mercado de trabalho.

Além de ter rendimentos mais baixos, os trabalhadores da Construção estão submetidos a extenuantes jornadas. Em quase todas as regiões pesquisadas pelo Sistema PED, a jornada semanal média do setor em 2011 superou a verificada para o total dos ocupados. No caso de Recife, a

jornada média na Construção alcançou o patamar de 47 horas semanais.

Com a elevada jornada de trabalho no setor, ao se considerar o rendimento médio real por hora, as diferenças entre o auferido pelo total de ocupados e pelos trabalhadores da Construção se acentuam, na maioria das regiões investigadas. No Distrito Federal, encontra-se a maior diferença: um trabalhador no setor recebe 75,9% do rendimento médio dos ocupados. Em Fortaleza, foi observado o rendimento menos discrepante, ou seja, o trabalhador da Construção recebe 95,0% da média dos ocupados.

TABELA 3

Rendimento médio real⁽¹⁾, rendimento médio real hora e jornada média semanal do total de ocupados⁽²⁾ e dos ocupados na Construção e divisões do setor
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2011

(em reais de junho de 2012)

Regiões	Total de Ocupados	Construção			
		Total	Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção
Belo Horizonte					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	1.475	1.401	1.360	(3)	1.362
Rendimento hora ⁽²⁾	8,41	7,79	7,57	(3)	7,58
Jornada Média Semanal	41	42	42	42	42
Distrito Federal					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	2.144	1.707	1.663	(3)	(3)
Rendimento hora ⁽²⁾	12,22	9,28	9,04	(3)	(3)
Jornada Média Semanal	41	43	43	(3)	44
Fortaleza					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	946	857	841	(3)	877
Rendimento hora ⁽²⁾	5,14	4,88	4,79	(3)	5,25
Jornada Média Semanal	43	41	41	(3)	39
Porto Alegre					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	1.505	1.416	1.361	(3)	1.548
Rendimento hora ⁽²⁾	8,18	7,69	7,40	(3)	8,22
Jornada Média Semanal	43	43	43	45	44
Recife					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	1.048	952	895	(3)	1.001
Rendimento hora ⁽²⁾	5,44	4,73	4,45	(3)	5,20
Jornada Média Semanal	45	47	47	49	45
Salvador					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	1.086	990	938	(3)	1.019
Rendimento hora ⁽²⁾	6,04	5,38	5,10	(3)	5,54
Jornada Média Semanal	42	43	43	(3)	43
São Paulo					
Rendimento médio real ⁽¹⁾	1.587	1.410	1.407	(3)	1.377
Rendimento hora ⁽²⁾	8,83	7,66	7,65	(3)	7,66
Jornada Média Semanal	42	43	43	46	42

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; 2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício; 3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria



Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT.

Regiões Metropolitanas

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert. **Porto Alegre:** Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul – SJDS; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS-Sine/RS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA. **Distrito Federal:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – Setrab. **Belo Horizonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag; Fundação João Pinheiro – FJP; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete MG. **Salvador:** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho. **Recife:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem; Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco; Agência do Trabalho – Sine/PE. **Fortaleza:** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS; Sistema Nacional de Emprego – Sine/CE